



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATA Nº 09/2013
COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2013 ÀS 10H

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dez horas, na sala de audiências do 24º andar, localizada no Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, reuniram-se, sob a Presidência do Desembargador Paulo José Ribeiro Mota, o Desembargador Roberto Barros da Silva, e os servidores, Marcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN, Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Segurança, Aquisições e Pesquisas, Robson Marins de Santana, Chefe da Seção de Governança de TI e Erman Mota Barbosa Dias, representante do Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos, com a finalidade de discutir os assuntos referentes às demandas da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Ausentês, justificadamente, a Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves e a Diretora da Secretaria de Gestão da Informação Institucional, Maria Inês Ebert Gatti.

Dando início à reunião, o Desembargador Roberto Barros da Silva passou a palavra ao Diretor Márcio Nisi Gonçalves, o qual apresentou a planilha com a nova previsão de investimentos do PDTI para 2013.

O Diretor da SETIN informou que alguns itens tiveram seus valores reajustados para cima, outros sofreram diminuição, e salientou que a maioria dos itens permaneceu com seus valores inalterados.

O Diretor Márcio Nisi apresentou os dois itens da planilha de investimentos do PDTI/2013 que tiveram aumentos significativos: "Suporte/manutenção de hardware e plataforma iSeries" e o item "Suporte/manutenção de software da plataforma iSeries (Software Maintenance +



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

HMC) - Ambos os itens visam atender equipamentos cuja garantia expiraria no final do ano, entretanto, o contrato está prestes a ser rescindido por descumprimento de obrigações contratuais. Desta forma, será realizada uma nova contratação antecipada do suporte.

Em seguida, o Diretor relacionou os demais itens que também tiveram variações para cima nas suas estimativas:

Webfilter. O Diretor da Setin explicou que, trata-se de uma estimativa e que o valor pode cair. Informou também sobre a importância dessa solução, pois ela serve para controlar os sites que os servidores podem acessar. Sites com conteúdo impróprio ou inadequado (citar a política do TRT2) são barrados pela ferramenta. Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Segurança, Aquisições e Pesquisas comentou que o webfilter não é igual a um antivírus no tocante a forma de licenciamento. No caso do antivírus, quando a licença expira, o cliente fica impossibilitado de obter as atualizações, mas ele continua sendo protegido pelo aplicativo das ameaças até então atualizadas. O webfilter atual do TRT, no entanto, ao ter sua licença expirada, deixa de barrar os sites impróprios e libera todo o conteúdo da internet para os servidores.

Em relação à aquisição de leitores de código de barras, o Diretor Márcio Nisi explicou que, quando o Tribunal solicita orçamento aos fornecedores para compor o valor estimado da licitação, é solicitada também a instalação dos leitores de código de barras. Como o TRT2 é composto por diversas localidades, as empresas fazem estimativas altas devido aos custos do deslocamento dos seus técnicos para essas instalações e substituições. Segundo o Diretor Márcio Nisi, a Setin estuda a possibilidade de centralizar o recebimento e a substituição dos leitores danificados numa mesma localidade, barateando assim o custo total da contratação.



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

O Diretor Ricardo Viana explica que 2.600 leitores serão substituídos. Diante dessas informações, os Desembargadores Paulo José Ribeiro Mota e Roberto Barros da Silva solicitaram que a distribuição desses leitores de código de barras seja feita pelo próprio Tribunal, a fim de baixar os valores fornecidos pelas empresas.

Sobre o serviço de comunicação por rádio/fibra para interligação de rede, o Diretor da TI ressaltou a necessidade da redundância desse serviço ser de um meio físico diferente do já existente. Por exemplo: se o link é de rádio, a redundância pode ser por fibra ou par metálico. Após finalizar os itens que tiveram seus valores estimados aumentados, o Diretor Márcio Nisi seguiu com os itens que tiveram os valores estimados diminuídos.

A Duplicação dos links de comunicação com as comarcas do TRT para aumento da disponibilidade de rede – Redundância, a Coordenadoria de Segurança, Aquisições e Pesquisas refez as especificações e começou um novo processo licitatório. O Diretor Ricardo Viana informou que o prazo de instalação é de 3 a 6 meses e que a redundância irá mitigar o risco de interrupção nas comunicações de dados, dando continuidade ao trabalho das varas.

Quanto ao Item “Suporte/manutenção de software de backup”, houve um equívoco com relação aos seus valores apresentados anteriormente e os mesmos foram corrigidos. Os itens “Manutenção de licenças do sistema de rede Novell”; “Suporte/manutenção de software de geração de formulários (Interform)”; “Serviço de suporte técnico especializado em plataforma iSeries”; “Software para área médica e segurança do trabalho”; “Aquisição de upgrade de hardware da plataforma iSeries” e “Expansão de contratação de rede corporativa de longa distância da JT” também tiveram seus valores estimados diminuídos.

O item sobre o serviço especializado em gestão de pessoas, mapeamento de competências e avaliação qualitativa e quantitativa de TI refere-



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

se ao Projeto 04/2011 – Elaborar Estudo Técnico de Avaliação Qualitativa e Quantitativa do Quadro de Pessoal de Tecnologia da Informação em resposta ao cumprimento do Acórdão do TCU nº 2.938/2010. O Diretor da Setin expôs que 7 empresas participaram da fase de lances do pregão eletrônico e explicou que, para compor o valor estimado desse item, foi considerado o valor da 5ª colocada no certame. Os Desembargadores Paulo José Ribeiro Mota e Roberto Barros da Silva solicitaram que fosse considerado o pior cenário (valor da última empresa colocada) para compor o orçamento. Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Segurança, Aquisições e Pesquisas salientou que apesar dos recursos serem de TI, todo o processo foi elaborado e conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Para a aquisição de switches diversos, o Diretor Márcio Nisi informou que o CSJT fez a licitação, na qual o TRT é co-participante, e que irá fornecer aos TRTs de acordo com a necessidade de cada Regional.

Para o serviço de atendimento remoto e presencial, o Diretor Márcio Nisi ressaltou que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) em andamento contempla software licitado pelo TRT9 para todos os TRTs, com recursos do CSJT. A projeção é que somente em dezembro de 2013 a empresa ganhadora do pregão comece a trabalhar. Portanto, o TRT2 só pagaria em 2013 por um mês de serviço. A continuidade desse procedimento depende do fornecimento de licença pelo CSJT.

Em relação à Aquisição e atualização de licenças da solução de antivírus, provavelmente, não irá ser necessário para este ano e portanto teve seu orçamento zerado.

Para aquisição e manutenção de licenças de software de banco de dados do TRT, o Diretor da TI ressaltou a importância do suporte especializado no banco PostgreSQL, que é utilizado pelo PJe, e para outras aplicações internas



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

que foram migradas do Oracle para o PostgreSQL. Portanto, faz-se necessária a aquisição de mais subscrições do PostgreSQL.

O Diretor Márcio Nisi expôs, ainda, que alguns itens tiveram variações no custo em virtude da mudança de prioridade e escopo de projetos, a saber:

- Expansão da utilização de rede wireless;
- Expansão da utilização de rede wireless – Varas do Trabalho;
- Aquisição de computadores;
- Serviço de monitoramento e operação de TI em regime 24x7;
- Aquisição de monitores adicionais;

No que diz respeito ao item “Aquisição de scanners”, houve concordância do Comitê quanto à ampliação da quantidade de scanners a serem instalados nas Varas mistas.

Com relação aos itens “Expansão da utilização de rede wireless” e “Expansão da utilização de rede wireless – Varas do Trabalho”, o escopo do projeto foi ajustado, ficando definido que para o presente exercício a solução deve contemplar a disponibilização da rede em todas as áreas de permanência de Magistrados, advogados e partes, ficando as demais localidades postergadas para o próximo exercício.

O Diretor da Setin apresentou o item “Aquisição de solução de videoconferência” e informou tratar-se de uma solicitação da Presidente do Tribunal, Desembargadora Maria Doralice Novaes, e que o custo foi estimado baseado em atas de registro de preços vigentes de outros tribunais e que pode sofrer alteração depois que o projeto for melhor detalhado.

O Diretor da TI informou também que o item “Aquisição de equipamentos e serviços para modernização das salas de TI do TRT” é um projeto conduzido em conjunto com a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura e foi



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

excluído por não haver tempo hábil para sua conclusão pela citada Coordenadoria neste exercício.

Os Desembargadores Paulo José Ribeiro Mota e Roberto Barros da Silva expuseram a importância de uma maior discussão dos itens Correio eletrônico do TRT (opções: aquisição de licenças / contratação de suporte de software ou contratação de serviço) e Solução de virtualização de desktop, junto à Coordenadora do Comitê de Tecnologia da Informação – CTI, Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, bem como outros Desembargadores. O Diretor Márcio Nisi explicou que o foco seria o acesso à rede, o SISAS e o SAP. Informou, ainda, que a previsão seria de 300 licenças para este ano.

Para finalizar, o Diretor Márcio Nisi informou que houve uma redução dos custos de aquisição na ordem de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).

A próxima reunião do Comitê de Tecnologia da Informação foi agendada para o dia 14 de agosto de 2013, às 13:30, na sala de audiências do 24º andar do Edifício Sede.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Desembargador Paulo José Ribeiro Mota e, para constar, foi lavrada a presente ata.

DESEMBARGADOR PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA

DESEMBARGADOR ROBERTO BARROS DA SILVA